

Da “Brigada Real da Marinha” ao “Batalhão de Artilharia de Marinha do Rio de Janeiro”. Contribuições um estudo do componente humano da artilharia e infantaria de Marinha no espaço luso-brasileiro desde 1797 até 1824: um olhar para os documentos contidos no Arquivo Histórico da Marinha Portuguesa

From the “Brigada Real da Marinha” to “Batalhão de Artilharia de Marinha do Rio de Janeiro”. Contributions to a study of the human component of naval artillery and infantry in the portuguese-brazilian space from 1797 To 1824: a look at the documents contained in the Historical Archive of the Portuguese Navy

Fábio Neves Luiz Laurentino¹

Mestre em História Militar pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e doutorando em História Marítima pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) em associação com a Escola Naval (EN) de Portugal.

RESUMO

Neste artigo, o objetivo centraliza-se em trazer à luz documentos existentes no Arquivo Histórico da Marinha Portuguesa relativos aos soldados de Artilharia e de Infantaria da Marinha Real Portuguesa, a Brigada Real da Marinha, criada em 28 de agosto de 1797. Analisando a trajetória dos seus soldados – ainda em Portugal – a partir de questões como recrutamento, soldo,

ABSTRACT

This article aims to bring to light documents in the Historical Archive of the Portuguese Navy relating to soldiers of the Artillery and Infantry forces of the Royal Portuguese Navy, the Brigada Real da Marinha, created on August 28th, 1797. Analyzing the trajectory of its soldiers – still in Portugal – based on issues such as recruitment, pay, desertion, royal pardon,

*Artigo recebido em 6 de maio de 2024 e aprovado para publicação em 3 de junho de 2024.

Navigador: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 20, n° 39, p. 10-31 – 2024.

deserção, perdão régio e, principalmente, a sua atividade-fim, o combate; pretendemos apresentar um breve panorama sobre o componente humano desta instituição naval que desembarcou no Rio de Janeiro em 1808. A partir de 1822, após a independência política do Brasil e inserida na recém-criada Marinha Imperial brasileira, esta força é renomeada como Batalhão de Artilharia de Marinha do Rio de Janeiro, através do Decreto de 24 de outubro de 1822. Boa parte das suas praças e alguns oficiais aderiram à causa brasileira e permaneceram no país. Assim, através da documentação primária, pretendemos esboçar algumas impressões sobre as experiências dos militares que compuseram os primeiros anos da Artilharia e Infantaria naval brasileira, que contribuíram ativamente nos esforços da independência e consolidação da soberania nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Brigada Real da Marinha; Artilharia e Infantaria de Marinha; Batalhão de Artilharia de Marinha do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

É nossa intenção, ao iniciar este estudo, destacar breves considerações sobre a relevância dos arquivos para o ofício do historiador, por vezes não mencionada. Propriedade dos governantes, até o final do século XVIII, os arquivos possuíam acesso restrito e de utilização única por homens de Estado. Com a Revolução Francesa estas instituições transformaram-se em patrimônio público, surgindo o acesso aos cidadãos franceses. Segundo Luís Reis, é nesse período que se inicia uma organização, metodologia e conceitos próprios para tornar a Arquivologia uma área autônoma em relação à ciência histórica, mais à frente (REIS, 2006). Ao longo do século XIX – período

and, mainly, its core activity, combat; we intend to present a brief overview of the human component of this military-naval institution that landed in Rio de Janeiro in 1822, after Brazil's political independence and inserted into the recently created Brazilian Imperial Navy, this force was renamed Batalhão de Artilharia Naval do Rio de Janeiro, through the Decree of October 24th. A good part of these soldiers and some officers who joined the Brazilian case remained in the country. Thus, through primary documentation, we intend to sketch some impressions about the experiences of the soldiers who made up the first years of the Brazilian Naval Artillery and Infantry, who actively contributed to the efforts towards independence and consolidation of national sovereignty.

KEY WORDS: *Brigada Real da Marinha; Naval Artillery and Infantry; Batalhão de Artilharia de Marinha do Rio de Janeiro.*

do que concidentemente será abordado neste texto – observa-se a crescente valorização entre os historiadores das fontes documentais textuais como base para determinação da investigação sobre o passado. Seguindo trajetórias paralelas, durante o século XX, a Arquivologia e a História desenvolveram novas perspectivas teóricas e metodológicas.

Na História, a terceira geração dos Anales, durante os anos de 1970, atualizou o conceito de documento, adotando instrumentos e abordagens teóricas de outras ciências sociais, tornando a pesquisa em fonte primária, especialmente em fontes textuais manuscritas, uma atividade ainda mais interdisciplinar. Segundo Jacques Le Goff, o documento textual manuscrito é

“antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, de uma sociedade que o produziram” (LE GOFF, 1996). Assim também enxergamos os documentos sobre a Brigada Real da Marinha no Arquivo Histórico da Marinha Portuguesa, já que fontes primárias cobrem cerca de aproximadamente 40 anos de história institucional – em diversas vertentes de interesse da História Naval – das forças de Artilharia e Infantaria de Marinha nos anos finais do Antigo Regime em Portugal. Para completar, sem dúvida, inserida nessa história institucional, está uma quantidade expressiva de histórias pessoais, de homens e mulheres, que direta ou indiretamente estavam associadas à Brigada Real da Marinha durante o fim do século XVIII e o início do século XIX.

O Arquivo Histórico da Marinha Portuguesa detém toda a documentação apresentada neste trabalho. Sob sua guarda, há vasta documentação primária sobre a Brigada Real da Marinha. Dependente da Biblioteca Central da Marinha, o Arquivo Histórico da Marinha Portuguesa está localizado no edifício da antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, na Rua da Junqueira, enquanto a Biblioteca Central de Marinha, na Praça do Império, ambos na cidade de Lisboa.

Destacamos o Índice 32 (documentação avulsa até 1910) e o Índice de documentação de pessoal da Brigada Real da Marinha, como principais instrumentos para consulta. O primeiro, conta com oito caixas (caixas 75 a 82), contendo desde mapas semanais do estado do efetivo, cartas de soldados ou de familiares de soldados ao comandante da Brigada e despachos da Secretaria da corporação desde 1797 até 1862 (a Brigada Real da Marinha foi extinta em 1836 e a documentação que se segue versa, dentre outros assuntos,

sobre os componentes do seu Corpo de Inválidos e a organização que veio a seguir, o Batalhão Naval, criado em 1837). O segundo conta com 164 páginas com registro de patentes e nomes de oficiais e praças da corporação e sua respectiva localização no depósito e Livros-Mestre, que nos dão mostras de suas biografias e percurso profissional.

Mas, para um enquadramento político do Portugal nos fins do Antigo Regime, é necessário olhar para a figura de Martinho de Melo e Castro, destacado político e diplomata, a quem foi entregue a Secretaria de Estado de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Sua chegada à Secretaria em 1770 pode ser entendida em um contexto de grandes esforços para a modernização da Armada Real portuguesa, inserida em um momento político pouco favorável para as instituições militares, observadas e melhoradas apenas nos momentos de crise e iminente conflito com potências estrangeiras. Nas décadas anteriores, é possível notar alvarás que procuraram instituir tentativas de modernização e capacitação do pessoal embarcado, embora sem resultado tangível.

No final da década de 1770, após o envolvimento da Coroa portuguesa na Guerra dos Setes Anos e das lutas na América do Sul para a posse dos limites sul do território brasileiro, a morte do monarca D. José I e a subida ao trono de D. Maria I, em 1777, levaram ao afastamento do Marquês de Pombal do comando político do governo. Segundo algumas interpretações, se inicia um período de regresso das posições sociais e privilégios por parte daqueles que haviam sido perseguidos ou afastados do poder pelo antigo secretário de Estado de Negócios Interiores do Reino. Apesar dos jogos de bastidores, não se verificou crise suces-

sória. O processo que se convencionou chamar de “Viradeira” ficou marcado pela reintegração de alguma primeira nobreza da Corte, antes alienada.

Como destacou José Damião Rodrigues, o período mariano parece ter correspondido a um retorno a uma situação de equilíbrio tradicional de poder, mesmo com algumas linhas de força definidas no reinado anterior, ainda atuantes (RODRIGUES, 2014). As Secretarias de Estado continuaram a exercer as decisões políticas, como no período pombalino, e os chefes de algumas secretarias continuaram à frente de suas pastas por um largo número de anos, assim como também esteve Sebastião José de Carvalho e Melo. Dentre os ministros que permaneceram no cargo durante o reinado de D. Maria I, Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, e Aires de Sá e Melo, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, asseguraram a transição entre os reinados de D. José I e D. Maria I, conservando os fios condutores das políticas internas e externas da monarquia, com destaque para o trabalho de Martinho de Melo e Castro.

Em paralelo, é implementado um programa reformista que visa à reorganização do Império português, aprofundando a sua dimensão atlântica, num movimento que já vinha da viragem do século, em uma nova concepção de uma política colonial com especial ênfase no espaço luso-brasileiro, onde uma Marinha moderna e poderosa mostrava-se fundamental para proteger os interesses nacionais no mar e conter uma ameaça francesa pós-Revolução. Assim, a partir de 1793, iniciou-se um processo de reformulação da Armada Real portuguesa sob os cuidados de Martinho de Melo e Castro, abrangendo as áreas de material, pessoal e de infraestrutur

tura, onde a criação da Brigada Real da Marinha, em 1797, estava inserida.

A título de introdução, a Brigada Real da Marinha foi criada pelo alvará com força de lei em 28 de agosto de 1797. Eram vocacionados para guarnecer a artilharia das embarcações de guerra, atuar como infantaria de desembarque e preparar e conservar os petrechos navais e de artilharia das mesmas embarcações. Assim, no contexto de criação de um quadro de pessoal na Armada Real portuguesa e outras medidas que alteraram por completo o seu funcionamento, para “dar às guarnições dos navios o espírito de corpo e unidades necessárias” e evitar “os graves inconvenientes que seguem sobre a disciplina na Armada Real”², foram substituídos os três regimentos existentes na Armada por um novo Corpo, denominado Brigada Real da Marinha.

No seu início, foi composta por soldados dos dois Regimentos de Infantaria de Marinha e do Regimento de Artilharia de Marinha, criados em 1791. Segundo José António Rodrigues Pereira, o primeiro reunia e recrutava o pessoal para a Infantaria de Marinha, responsável pela segurança e disciplina a bordo dos navios; em combate, a Infantaria de Marinha ocupava os cestos das gáveas para dali tentar atingir os soldados inimigos que trabalhavam no convés e, principalmente, os oficiais reunidos na tolda. Já o Regimento de Artilharia de Marinha recrutava e treinava os artilheiros dos navios da Armada Real (PEREIRA e CASTRO, 2018).

À época de sua criação, a Brigada Real da Marinha era reunida em três divisões: a Divisão de Artilheiros (composta por 10 companhias), a Divisão de Fuzileiros (composta por 12 companhias) e a Divisão de Artífices Lastradores (composta por 9 companhias de artífices e uma companhia de lastradores). O seu primeiro

Inspetor Geral foi o 7º Marquês de Nisa, D. Domingos Xavier de Lima (1765-1802). O Estado-Maior da Brigada era composto pelos chefes das três divisões, três capitães de fragata e dois primeiros-tenentes. Para mais informações sobre a estrutura organizacional da Brigada Real da Marinha recomendamos o trabalho de Maurício Filipe Afonso Ramos.³ Quanto à organização de aquartelamento, a Brigada Real da Marinha se encontrava distribuída, naturalmente, por terra e por mar. Por terra, ao longo do Rio Tejo nos fortes de Xabregas e de São Paulo, no quartel da Boavista, no Chiado (a sua Secretaria), no Arsenal de Marinha e sentinelas destacadas em hospitais e demais estabelecimentos governamentais. No mar, ao acompanhar os mapas semanais de estado do efetivo podemos perceber a distribuição dos oficiais, sargentos e soldados entre as diversas embarcações da Armada Real, bem como no campo “Observações” os militares licenciados, baixas e altas dos hospitais, agregados, recrutados, desertores e mortos.

REFORMULAÇÃO E MODERNIZAÇÃO NA ARMADA REAL PORTUGUESA NOS FINS DO ANTIGO REGIME

Um outro ponto, inserida nas questões de reformulação e modernização da Armada Real portuguesa estava a preocupação com a profissionalização naval. O contexto da criação da Brigada Real da Marinha era de transição e vários aspectos políticos, econômicos e sociais a fim da formulação de uma Marinha de Guerra mais próxima das novas exigências tecnológicas se encontrava em voga nos fins dos Setecentos.

Segundo Pablo Ortega del Cerro, o estudo sobre a profissionalização da Marinha Real portuguesa é uma questão ainda pouco explorada, mas fundamental para a

compreensão do desenvolvimento de um Império marítimo e colonial. Em seu estudo, examinou o processo de profissionalização naval a partir do Corpo de Oficiais. Comparativamente a outras Marinhas europeias, Pablo Ortega del Cerro explica que Portugal foi um caso tardio, tendo este processo começado na década de 1760 e que só foi implementado de maneira convicta nas décadas de 1780 e 1790 (CERRO, 2020). Enquanto isso, muitos estados europeus empreenderam um processo de profissionalização de suas Marinhas ao longo do século XVII e na primeira metade do século XVIII. Para Portugal, as tentativas de profissionalizar o Corpo de Oficiais da Marinha de Guerra tivera o seu planejamento e implementação aquém da teoria. Dentre as razões para este resultado, encontram-se a promoção do comércio com o seu Império (especialmente com o Brasil) e o não acompanhamento do seu poderio militar no mar.

Se observarmos comparativamente, este processo de “profissionalização naval” não aconteceu isolado. Recaiá sobre o Corpo de Oficiais da Marinha Militar o impacto mais visível deste processo de profissionalização durante o século XVIII, quando a exigência de conhecimentos e habilidades diversas (até habilidades científicas) se uniriam às atividades bélicas de um militar.

Em Espanha, por exemplo, este processo pode ser dividido em dois eixos durante o século XVIII: durante a primeira metade do século, a experiência da profissionalização naval pode ser considerada como um tempo de gestação e maturação, tendo que esperar até a segunda metade do século para observar uma consolidação da instituição naval, sobretudo após a publicação das Ordenanças de 1748, quando se intensifica as medidas, propostas, inspeções e projetos.

A partir disto, busca-se como primeiras medidas pela uniformidade do siste-

ma de promoções do *Cuerpo General* (Corpo de Oficiais da Armada Real espanhola) que, repetindo as palavras de críticos contemporâneos, “encontrava-se corrupto e repleto de favoritismo”, sendo muitos oficiais privilegiados com promoções mais rápidas ou designados para postos mais vantajosos através de influência transversal ou direta de parentes, amigos ou conhecidos. Já em um segundo momento, um verdadeiro ponto de viragem pode ser definido após a publicação das Ordenanças de 1748. Este conjunto de leis era, por um lado, o ponto alto dos trabalhos de melhoramento da Armada Real espanhola que tinha começado no início do século; sendo, por outro lado, as medidas de referências para todos os projetos que seriam levados a cabo durante toda a segunda metade do século XVIII.

No início da década de 1790, a Armada Real espanhola contava com 1.690 oficiais (número similar à da Marinha de Guerra francesa) na qual havia a necessidade de um verdadeiro sistema burocrático, centralizado e eficaz para gerir o Corpo de Oficiais. Dentre os projetos realizados visando a esta modernização do gerenciamento do pessoal, encontra-se o *Sistema Mazarredo*, proposto pelo Tenente-General José de Mazarredo Salazar, cujo objetivo era avaliar os oficiais individualmente em pilotagem, manobra, tática, na prática de artilharia, disciplina, exercício e conservação dos equipamentos, conhecimentos de línguas estrangeiras e outras ciências, preparando uma justa avaliação dos méritos e promoções futuras. O *Sistema Mazarredo* mostra-se, sem dúvida, como um exemplo da busca por uma profissionalização naval na Armada Real espanhola durante a segunda metade do século XVIII, sendo uma das diversas vias para conseguir oficiais com habilidades tanto militares quanto científicas.

Em Portugal, para a Brigada Real da Marinha, parece não ter sido diferente. Relacionamos as medidas de instrução de novos soldados e o estímulo e construção de espaços voltados ao incentivo da leitura nos aquartelamentos desta Brigada, como mencionado no seu alvará de criação, por exemplo, como um conjunto de tentativas à procura de uma maior profissionalização do seu quadro de pessoal.

De volta a observar a produção documental para um melhor entendimento da Brigada Real da Marinha, é fundamental a consulta aos trabalhos do Chefe de Esquadra José Maria Dantas Pereira de Andrade, um dos oficiais mais notáveis da Armada Real portuguesa à época da existência da Brigada Real da Marinha, que aliava, com distinção, habilidades acadêmicas e militares.

José Maria Dantas Pereira nasceu em Alenquer. Foi lente da Academia Real e comandante da Real Companhia dos Guardas-Marinha. Frequentou o curso de Matemática de Bézout na Academia Real de Marinha e assentou praça na Armada Real na Companhia dos Guardas-Marinha. Nomeado guarda-marinha em 1789, recebeu um prêmio pela distinção com que completou o curso. Em 1797, era capitão de fragata, com 25 anos de idade. Em 1800, é nomeado comandante da Real Companhia dos Guardas-Marinha, cargo que se encontrava vago deste a morte do Conde de São Vicente. A Dantas Pereira se deve a formação do *Depósito de Escritos Marítimos*, ou seja, a biblioteca da companhia, criada por decreto de 1 de abril de 1802. Esta mesma biblioteca, mais tarde levada para o Brasil, tornou-se a primeira biblioteca pública que existiu neste país. Dentre sua destacada carreira acadêmica, participação em sociedades filosóficas e produção literária, destacamos os *Escritos Marítimos e Acadêmicos*,

cujos conteúdos passam pelo estudo e reorganização da Armada Real portuguesa com vista à sua adaptação à rápida evolução técnica que se verificava naquele meado de século XIX e as *Noções de Legislação Naval Portuguesa até 1820*.

Em *Noções de Legislação Naval Portuguesa até 1820* (e dois aditamentos que se seguiram em 1826 e 1832) está registrada toda a legislação naval sobre a Armada Real portuguesa desde 1450, divididas em seções, proporcionando fácil consulta por Corpos militares, parte jurídica, parte científica, etc. Na sua quarta seção, refere-se à legislação sobre a Brigada Real da Marinha até o ano de 1820. Apresentadas das mais antigas às mais recentes, com referência ao assunto em questão, muitas vezes é feita menção a outros documentos visando aprofundar determinado tema. Após a criação da Brigada Real da Marinha, em 28 de agosto de 1797, outros alvarás com força de lei foram concebidos, naturalmente em virtude das necessidades que se apresentavam no âmbito organizacional do seu Estado-Maior e nas suas respectivas companhias. Encontram-se todos esses alvarás no referido trabalho. Assim, esse livro torna-se um instrumento essencial para conhecer o panorama do seu objeto de estudo relativo ao mundo naval português.

Observamos que os aditamentos e resoluções desenvolvidos nos dois primeiros anos após a sua criação tinham por objetivo ajustes, principalmente, quanto à rapidez das transmissões de ordens para a tropa (e as informações vindas da tropa) e a importância das notícias de interesse nacional sobre a Brigada Real da Marinha chegar ao Príncipe Regente. Segundo Maurício Filipe Afonso Ramos, este maior cuidado e reformulação já caracterizava a Brigada Real de Marinha como uma tropa especial, de grande interesse para a Mari-

nha Real e para a Coroa.

Ainda sobre as propostas de reformulação organizacional mais significativas a ser destacada neste ponto introdutório, já quando a Brigada Real da Marinha contava com dez anos de existência, em 10 de setembro de 1807, é aprovado o alvará que determinava a sua reorganização de Divisões para Batalhões. Procurava o Inspetor-Geral Rodrigo Pinto Guedes, desde 1804, aproximar a formação do Estado-Maior e das companhias ao modo do Exército Real português e reduzir o número de praças das respectivas companhias, adequando o novo formato às necessidades da Armada e da Fazenda Real.

Explica Maurício Filipe Afonso Ramos que o alvará não foi publicado conforme a proposta apresentada, sofrendo algumas alterações até chegar ao seu ponto final. Exemplifica, no que se refere às promoções, que passam a ser criadas quatro classes de soldado por companhia, a primeira classe com 10 soldados e as restantes 30 soldados. Para os soldados ascenderem à classe superior precisavam manter um comportamento exemplar e só poderiam ascender ao fim de pelo menos dois anos na mesma classe. Desta forma, para se tornar um soldado de primeira classe eram necessários, pelos menos, de seis anos de serviço exemplar. É também neste alvará que se assinala que todos os soldados pertencentes à Brigada Real da Marinha passam a ser designados artilheiros. Ficaria assim a Brigada organizada com o Estado-Maior de dez elementos e três batalhões, cada um possuindo oito companhias. Todos os assuntos sobre a Brigada deveriam agora passar pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar e todos os documentos elaborados pelo Inspetor-Geral expedidos pela mesma. Já os assuntos relativos à contabilidade continuavam a cargo da

Real Junta da Fazenda da Marinha. Conclui o autor que a Brigada continua a desempenhar as mesmas funções previstas no seu alvará de criação, mas agora, todos os seus soldados passam a receber instrução em artilharia.

É a partir deste modelo e com essas características ao nível organizacional que a Brigada Real da Marinha viaja para o território brasileiro, com a maioria do seu efetivo e comandada pelo seu Inspetor-Geral, Almirante Rodrigo Pinto Guedes, inserida na esquadra portuguesa que acompanhou a transmigração da Corte para o Rio de Janeiro. E são também com essas características que as futuras forças de Artilharia e Infantaria de Marinha do Império do Brasil, o Batalhão de Artilharia de Marinha do Rio de Janeiro, em meio às lutas pela independência, é composto.

Através do alvará de 13 de maio de 1808, a Brigada Real da Marinha é estabelecida em território brasileiro, pelo Príncipe Regente D. João. Reorganizada, mais uma vez, esse documento tinha como propósito assemelhar mais ainda esse Corpo, agora com novas necessidades, ao formato dos Regimentos de Artilharia do Exército Real, e contribuir para a diminuição das despesas da Fazenda Real. Este alvará destaca, por exemplo, no âmbito de companhia, as reais necessidades dos tempos de guerra: diminuição do efetivo, a substituição de um oficial para um soldado nobre ou sargento como porta bandeira, novos valores de vencimento diário de oficiais e praças, e a sua quantidade de oficiais (contando agora somente com três: um capitão, um primeiro-tenente e um segundo-tenente).

Com o decorrer dos acontecimentos que levaram à independência e à formação do Império do Brasil, naturalmente olhar para construção de uma Marinha de Guerra poderosa era crucial para o novo

governo brasileiro. Afinal, com pretensões de anexar um conjunto de territórios, dar combate às forças portuguesas, bem como manter a regularidade do tráfego comercial, dependiam predominantemente das atividades marítimas, cujo litoral é superior a sete mil quilômetros de extensão atrelado ao território de tamanho continental.

As figuras de José Bonifácio e Felisberto Caldeira Brant foram destacados nomes que agiram para convencimento, contratação e compra de oficiais, marujos e de meios navais. Alguns navios e pessoal foram adquiridos e contratados em Londres, em caráter emergencial, mas a maioria da recém-criada Marinha Imperial brasileira resultou da incorporação de comandantes portugueses simpáticos à independência, seus navios, suas tripulações, bem como navios comprados com o dinheiro pessoal do Imperador e outros navios avariados, presentes nos arsenais portugueses na costa brasileira, sucedendo a imediata reparação. Como observa Marcello Loureiro, com Martinho de Melo e Castro à frente da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, de fato a Armada Real se beneficiou de um conjunto de meios constituído durante o reinado de D. Maria I, alcançando uma “dimensão nunca conseguida”, com a pretensão de que Portugal se tornasse uma potência naval (LOUREIRO, 2022). Incentivar a construção naval, promover a criação de postos e contratação de pessoal, incrementar soldos, criar a Academia Real de Guardas-Marinha e a Brigada Real da Marinha, dentre outras medidas, estavam sob este escopo.

Finalizando esta introdução, ainda tratando dos aspectos organizacionais, olhamos para a estrutura administrativa da Marinha Imperial brasileira e o lugar da Brigada Real da Marinha durante o processo da independência do Brasil.

Do ponto de vista do pessoal que aderiu à Marinha Imperial brasileira, na Academia Real de Guardas-Marinha, por exemplo, observando o pessoal administrativo e docente, dos 22 guardas-marinha e 39 aspirantes existentes; quatro professores, oito guardas-marinhas e 20 aspirantes recusaram-se a aderir ao movimento de independência.

Em fins de 1822, o Ministro da Marinha Imperial, Capitão de Mar e Guerra Luiz da Cunha Moreira, nomeou uma junta com a finalidade de receber uma declaração dos oficiais que desejassem servir à nova nação ou regressar a Portugal. O número de oficiais que responderam positivamente ao serviço do Império do Brasil, em uma média dos 160 oficiais existentes, desconsiderando os demasiados velhos e incapazes, chegou ao total de 94. Contudo, grande parte era formada por oficiais superiores, nascendo a necessidade de contratação de oficiais inferiores. Entre oficiais-generais, capitães de mar e guerra, capitães-de corveta, capitães-tenentes e primeiros e segundos-tenentes que aderiram à causa brasileira, destacamos alguns componentes da Brigada Real da Marinha, começando pelo seu Inspetor-Geral e Comandante, o Almirante Rodrigo Pinto Guedes, e os Capitães-Tenentes Theodore de Beaurepaire Rohan e José Corrêa Picanço, por exemplo. Sérgio Willian de Castro Oliveira Filho, em artigo escrito em 2018, nos apresenta uma lista pormenorizada desses oficiais (FILHO, 2018). Nessa lista, observamos alguns oficiais pertencentes à Brigada Real da Marinha e outros nomes, que nos suscitaram dúvidas, necessitando de mais meios para investigação e posterior confirmação.

Dentre os jovens oficiais portugueses que aderiram à causa brasileira, uma nota curiosa é o caso do pai do Almirante Francisco Manoel Barroso da Silva, o Barão do

Amazonas, comandante da Fragata *Amazonas* durante a famosa Batalha Naval do Riachuelo, na Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai, em 11 de junho de 1865. Em 1822, Francisco Manoel Barroso da Silva era aspirante na Academia Real dos Guardas-Marinha. Seu pai, Teodósio Manoel Barroso da Silva, acompanhou a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro como oficial da Brigada Real da Marinha. Quando desta viagem, nos finais de 1807, tinha a patente de primeiro-tenente e pertencia a 5ª companhia do 1º batalhão. Mais tarde, regressou a Portugal – esta investigação não soube precisar quando – e faleceu em Lisboa com a patente de tenente-coronel.

Do ponto de vista das instituições, diversas organizações da Armada Real portuguesa tornaram-se órgãos da Marinha Imperial brasileira, umas advindas da transmigração da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, outras já em funcionamento no território brasileiro desde o século XVIII. Os arsenais de Marinha do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém, Rio Grande e os pequenos estaleiros navais de Mato Grosso, Santa Catarina e Alagoas tornaram-se organismos nacionais. A partir de 1808, com a chegada da Corte portuguesa, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro passava a ter a importância que antes tinha o Arsenal de Marinha de Lisboa. No âmbito administrativo, a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, o Quartel-General, a função de Auditor-Geral de Marinha, o Hospital de Marinha e a Academia de Guardas-Marinha, que passou a se chamar Academia Nacional e Imperial dos Guardas-Marinha, seguiram com a nova bandeira.

Quanto à Brigada Real da Marinha, a partir do decreto de 24 de outubro de 1822, foi incorporada à Marinha Imperial brasileira, renomeada, mas manteve a

organização em três batalhões, semelhante à sua origem portuguesa. No organograma, por ora inserida aos cuidados do Auditor-Geral de Marinha, encontrava-se aquartelada tanto na Fortaleza de São José da Ilha das Cobras quanto a bordo da Nau *Afonso de Albuquerque*, construída em 1767, que fora desarmada e se encontrava na Baía de Guanabara. Destacam-se, nesse decreto, as palavras assinadas pelo Imperador e pelo Ministro da Marinha Imperial, Almirante Manuel António Farinha: já que “não sendo compatível com as atuais circunstâncias deste Império a Brigada Real da Marinha destacada no Rio de Janeiro nem tão pouco que seja considerada como parte dependente do Corpo que existe em Portugal, ei por bem decretar que agora em diante o mencionado Batalhão fique tendo a nomeação de Batalhão de Artilharia de Marinha do Rio de Janeiro”. Já em relação ao pessoal, a maioria dos seus oficiais optou por regressar a Portugal, enquanto uma parte considerável das praças decidiu permanecer no Brasil.

Naturalmente, a transmigração da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, onde permaneceu de 1808 até 1821, caso único na história dos Estados nacionais modernos, tornando uma cidade na América do Sul capital de um Império Ultramarino europeu, está na origem da transição de parte da Armada Real portuguesa para o nascimento da Marinha Imperial brasileira, em 1822. Os aspectos de continuidade do modelo português nos assuntos navais brasileiros são incontestáveis. Como exemplo disto, podemos nos ater as observações relacionadas à disciplina aplicada a bordo dos navios.

O *Regimento Provisional para o Serviço e Disciplina das Esquadras e Navios da Armada Real* e os *Artigos de Guerra* foram dois regulamentos disciplinares, criados

para regular o serviço e a disciplina na Armada Real portuguesa tanto em tempos de paz como em tempos de guerra. Estes dois regulamentos detêm a sua origem na sistematização do quadro penal militar proposto pelo Conde de Lippe, durante as suas reformulações do Exército Real português na segunda metade do século XVIII. Quando da adaptação desses regulamentos para a Armada Real portuguesa, se incluiu capítulos relacionados às particularidades para a Artilharia e a Infantaria de Marinha. Com o surgimento do Império do Brasil, estes dois regulamentos foram adotados pela Marinha Imperial, continuando como referencial para o serviço e a disciplina da instituição, sendo revistos e reimpressos nos anos de 1825, 1835 e 1868.

Em uso na Marinha Imperial durante toda a primeira metade do século XIX, seu manutenção é repensado a partir da introdução dos navios híbridos (movidos por máquinas a vapor e por velas) quando o aparecimento de outras condicionantes, principalmente tecnológicas, causou uma mudança de paradigma na estratégia e na tática naval. Para um aprofundamento da discussão desse problema, o vapor e a vela, que passa ao largo do que é debatido neste artigo, recomendamos a leitura do trabalho do historiador naval francês Michel Depeyre (DEPEYRE, 2003).

O SERVIÇO NA BRIGADA REAL DA MARINHA: O RECRUTAMENTO “HONROSO”, O RECRUTAMENTO “IMPRATICÁVEL”, INSTRUÇÃO E A QUESTÃO DA DISPENSA DO SERVIÇO

O recrutamento de novas praças para a Brigada Real da Marinha, desde a sua fundação, em 1797, foi sempre um trabalho desafiador para os recrutadores. Com características e condições específicas, o serviço no mar implicava aos soldados

de Artilharia e aos soldados de Infantaria, tanto no serviço técnico quanto nas condições de vida a bordo, uma grande exigência. Já nos livros de instrução sobre a Brigada Real da Marinha, produzidos no início do século XIX, era constante a preocupação, por exemplo, desde os primeiros ensinamentos do soldado recruta, com o “balanço” do navio e outras questões de cunho técnico para um bom aproveitamento do tiro com a peça: “no mar os balanços são um agente que o artilheiro deve ter sempre em vista para segurar bem o seu tiro” (LAURENTINO, 2021).

Sobre o vasto tema do estudo sobre o recrutamento militar em Portugal, recortamos e observamos as mudanças ocorridas a partir de 1796, que julgamos ser um novo paradigma para o período, apresentado em contrapartida ao modelo anterior, que funcionava através das capitânias-mores e utilizado desde 1764, mas já fracassado.

Em 1796, em pleno tempo de conflito com a França Revolucionária, o recrutamento tanto para o Exército quanto para a Marinha Real é posto sob a responsabilidade do Intendente-Geral de Polícia, Diogo Inácio de Pina Manique. Para o caso da Marinha Real, que nos interessa neste artigo, a solicitação de recrutas era enviada a partir de pedidos do Conselho do Almirantado. Nos alerta Fernando Dores Costa que a documentação produzida pela Intendência-Geral de Polícia constitui, provavelmente, no melhor conjunto de informação sobre as práticas de recrutamento militar desse período (COSTA, 1995).

Dentre as características adotadas pela Intendência-Geral de Polícia, era comum uma grande quantidade de jovens serem recrutados à força, encontrando-se por muitas horas amarrados e em filas, sendo muitos deles trabalhadores retirados dos seus empregos, tanto no interior quanto na Corte. Episódios de repressão durante

e após a “captura” dos jovens recrutados eram frequentemente relatados.

Sobre este ponto destaca-se o fato de que cumprir as ordens sobre o recrutamento da Intendência-Geral de Polícia no tempo estipulado era motivo de prêmio particular para magistrados e outras grandes e pequenas autoridades locais, logo recrutar a qualquer custo se tornou uma ação prioritária.

Para a Brigada Real da Marinha, o decreto de 29 de abril de 1799 regulamentou que as novas praças recrutadas deveriam ser da região do recrutamento dos extintos Regimentos de Marinha. Maurício Filipe Afonso Ramos detalha um estudo, por exemplo, pelas freguesias da cidade de Lisboa e a sua respectiva percentagem de colaboração de homens disponíveis para o serviço militar-naval e as respectivas penalizações às freguesias em caso de posterior deserção deles (RAMOS, 2020).

Em paralelo a esse assunto, há no Arquivo Histórico da Marinha portuguesa extensa documentação que corrobora com a narrativa da dificuldade de se fazer recrutar e ocupar os principais postos – tanto para compor os lugares de oficiais quanto para os de praças – para a Brigada Real da Marinha, desde a sua criação.

Como exemplo, escreve o primeiro Inspetor-Geral da Brigada Real da Marinha, o Marquês de Nisa, ao Príncipe Regente, em janeiro de 1798, com uma proposta de nomes de oficiais dos antigos Regimentos de Marinha para ocupar os postos de comandantes e tenentes ajudantes da Divisão de Fuzileiros-Marinheiros da Brigada Real da Marinha: “Senhor, achando-se vago diversos postos na Segunda Divisão, julgo necessário propor a V. Alteza o nome de alguns oficiais, pois que sem eles o trabalho da Divisão é minimamente parado, como difícil de estabelecer disciplina alguma”.⁴

Uma vez que a preocupação de não só servir, mas servir com qualidade, era constante nas correspondências entre os chefes da Armada Real e a Brigada Real da Marinha, havia o cuidado da escolha de nomes “conhecidos” ou “experimentados” para postos-chave de comando do recém-criado Corpo.

Já no ano de 1803, é observado nos documentos vindos do Quartel da Inspeção-Geral da Brigada Real da Marinha e da Secretaria-Geral da Brigada Real da Marinha, especial atenção do Inspetor-Geral, Rodrigo Pinto Guedes, ao Príncipe Regente, à causa do recrutamento de crianças às fileiras da Brigada. A partir de um requerimento de uma mãe, com o pedido de incorporar seus dois filhos à vida militar a partir da Brigada Real da Marinha, Rodrigo Pinto Guedes propõe ao Príncipe Regente com bons olhos o recrutamento de crianças, uma vez que “o Corpo da Real Brigada está cheio de crianças, as quais sendo filhos de oficiais do mesmo Corpo zelam como pais a sua conduta e educação e são de suma utilidade para si mesmos e para o Real Serviço, para o qual a proporção que vão crescendo, se vão cada vez mais habilitando e ganhando grande feição e gosto (pelo serviço militar)”.⁵

Nesse caso, a suplicante, Violante Rosa Perpétua Lousada, apresenta seus filhos que, segundo o Inspetor-Geral, “são pequenos, que em menos de cinco ou seis anos não poderão entrar-se na recruta”.⁶ Escreve, ainda, Rodrigo Pinto Guedes, como que com grande oportunidade de apresentar ao soberano mais uma alternativa para a questão do difícil recrutamento que “porém não sem quem continuamente vigie sobre eles, tudo acontece pelo contrário, como deve suceder com os filhos da suplicante: abandonados a si mesmo ganham maus hábitos e a dissolução de costumes é em que eles naturalmente fazem maior

progresso, donde consegue por último acarem maus homens e péssimos soldados, falsos de todo estímulo de honra, com grave detrimento da Fazenda Real”.⁷

Assim, o Príncipe Regente, em resposta enviada ao Visconde de Anadia, secretário de Estado de Negócios da Marinha e Ultramar e posteriormente reencaminhada à Secretaria da Brigada, ordena que os filhos menores da suplicante sejam aceitos e que passem a sentar praça na Brigada Real da Marinha. Esta alternativa de recrutamento, pelo visto, procurará diminuir, a longo prazo, a “considerável falta de gente para sustentar o peso do serviço de mar e de terra”, como escreve Rodrigo Pinto Guedes ao Visconde de Anadia, no final do verão de 1803.⁸

Também entre as constantes preocupações do Inspetor-Geral, Rodrigo Pinto Guedes, escritas ao Conselho do Almirantado e ao Príncipe Regente, em consequência da dificuldade do recrutamento de novas praças e as condições ideais operativas das companhias, encontram-se na documentação pedidos de diminuição de soldados da Brigada Real da Marinha espalhados a diversos órgãos governamentais pela Corte para o serviço de guarda. Justifica Rodrigo Pinto Guedes que “as praças necessitam de constante instrução”⁹ por isso devem permanecer nos seus quartéis originais. A questão da instrução é assunto abordado desde o alvará com força de lei da criação da Brigada Real da Marinha. Nele, destacam-se os parágrafos XLIII, XLIV e LIII, com instruções para o ânimo do aprendizado de oficiais, praças e o estabelecimento de uma escola prática de Artilharia. Aos soldados artilheiros, por exemplo, além da instrução básica que era ministrada, cabiam algumas outras atribuições, bem como, por exemplo: “Em cada companhia haverá uma parte destinada às obras pertencen-

tes à Artilharia, as quais são a construção de carretas, talha e palamenta para o serviço das peças”, e ainda que

“será guarnecido pelo mesmo Corpo de artilheiros marinheiros o presídio da Trafaria, junto do qual se estabelecerá uma bateria que servirá de exercício, e onde se darão as necessárias lições aos artilheiros; e se lhes dará depois o exercício ao alvo o maior número de vezes possível, não se lhes deixando ignorar coisa alguma do que hão de praticar no mar, e antes até procurando ter modelos em que se possam instruir de tudo” (CARDOSO e CANECO, 1997).

Numa breve referência iconográfica ao estudo das tropas de Artilharia e Infantaria de Marinha, há no Museu de Marinha de Paris o quadro *Le Port neuf ou l’Arsenal de Toulon, pris dans l’angle du parc d’artillerie*, de autoria do destacado pintor de cenas navais Joseph Vernet (1714-1789), pintado em 1755, que sintetiza o treinamento das tropas de Marinha desse período. Neste quadro, os canhões e tiros de soldados em treinamento com suas casacas vermelhas aparecem com destaque junto a um simulacro de uma bateria naval reproduzida em terra, no porto de Toulon, local símbolo da vocação militar da cidade (que aparece em segundo plano, junto a navios em construção e reparação) e a importância da artilharia na guerra naval. Joseph Vernet com todos esses detalhes nos lembra que estes armamentos devem ser mantidos, inspecionados e os soldados artilheiros sempre treinados e prontos para operá-los.

Já para os oficiais da Brigada Real da Marinha, encontramos no mesmo ano de 1803, um documento em que o assunto principal é a preocupação do aperfeiçoamento profissional desta classe. Propõe o Inspetor-Geral ao Visconde de Anadia, em longa carta, sobre a ativação de uma aula

de Matemática “como se estabeleceu uma aula desta natureza em todos os Corpos de Artilharia do Exército”. Continua, em seguida, com as especificidades e benefícios em torno dos alunos e professores, oficiais da Brigada Real da Marinha, que possam usufruir desse tempo de instrução, caso o plano se concretize. Por exemplo, ao oficial encarregado do ensino, além do soldo da sua patente, deveria vencer mais vinte mil réis por mês, para “melhor satisfação do seu trabalho”.¹⁰

E, em seguida, enumera algumas razões para que se tenha bom funcionamento deste trabalho “assim como nos lugares que se ensina publicamente o curso perfeito de Matemática”: primeiro, professores e alunos que tiverem licença para tal devem ficar dispensados de todos os serviços regulares do Corpo, seguindo de que, sempre que possível, as aulas devem acontecer nos quartéis para que possa ser combinada com a prática. Em atenção à disciplina, escreve o Inspetor-Geral que só possam continuar a frequentar a aula os alunos que demostrem “talento e aplicação”. Quanto ao estudar em “lugares públicos”, que o mesmo seja pedido com antecedência e aferido a necessidade de tal saída. Observa também que para completar o curso de Matemática é necessário anos de estudo e que é indispensável sim a todo oficial Engenheiro e de Marinha, entretanto, ao oficial de Artilharia, “não é de absoluta necessidade”, possuindo, portanto, menos tempo de curso, “somente noções elementares e ficando ao mesmo passo habilitados e com fundamentos suficientes para serem perfeitos artilheiros”. Por fim, afirma ao Visconde de Anadia que propõe esta medida unicamente “pelos meus sentimentos de zelo e pelo bem do serviço”, querendo dar à Brigada Real da Marinha um testemunho para a honra e glória deste Corpo e que ordenará à Real

Junta da Fazenda da Marinha que separe a quantia requerida para acrescentar ao soldo do oficial escolhido para lecionar a referida disciplina.¹¹

Ainda sobre esta questão, mas em outro contexto, especificamente em 1806, encontra-se um pedido de empréstimo, pelo Inspetor-Geral da Brigada Real da Marinha, de instrumentos para as aulas práticas de Matemática à Companhia dos Guardas-Marinha, dentre eles: cinco níveis de óculo com suas respectivas miras, algumas bandeiras, uma prancheta simples, um grafômetro, etc. Justifica o Inspetor-Geral que “por ser período de férias, possa se servir até o fim deste referido tempo”.¹² Conclui-se então que o pedido anterior fora aceito e que se tornou de utilidade para instrução dos oficiais da Brigada.¹³

Também nos chegam documentos sobre o reverso da moeda, a questão do serviço “honroso”, sobressaindo nos requerimentos a boa disposição em servir à Coroa em um distinto Corpo militar como a Brigada Real da Marinha, cujo trabalho de alto grau de dedicação na terra e no mar, através de sua complexidade anfíbia, nos passa a ideia de que muitos do seu tempo já a consideravam como uma “tropa de elite”, mesmo entre os chefes militares, e de grande valor para aprendizado individual.

Assinalamos o caso da carta do Inspetor-Geral, Rodrigo Pinto Guedes, ao Príncipe Regente, escrita em 1802, onde destaca que o serviço na Brigada Real da Marinha deveria ser uma forma distinta de servir à Coroa, por isso, preferencialmente, seus oficiais deveriam ser os “homens mais bem educados e quase sempre dotados dos sentimentos mais briosos e costumes mais honrados”. Estas afirmativas fazem referência ao Decreto Real saído há pouco tempo, que determinava que a patente de guarda-marinha era reservada somente para moços fidalgos, fidalgos cavaleiros,

filhos de capitães de mar e guerra, coroneis e oficiais-generais. Assim, Rodrigo Pinto Guedes propõe que em toda companhia da Brigada Real da Marinha tenha um jovem nobre e que em seu uniforme, especificamente na gola, traga um distintivo “de uma casa de ouro”¹⁴ como emblema da sua condição.

Antes disso, em 1799, dois anos após a criação da Brigada Real da Marinha, encontramos uma petição similar, cuja proposta passa também pela ideia da experiência e formação militar como um dos passos necessários para bem formar o homem. Nela, é remetida ao Conselho do Almirantado que se mande sentar praça aos dois filhos da suplicante, D. Maria Antônia Ignácia da Silva, chamados Domingos Anacleto da Silva e Augusto Maria da Silva, e que os mesmos “quando houver tranquilidade a quem se dê licença para ir fazer os seus estudos no Colégio dos Nobres”¹⁵ sendo, em seguida do período da vivência militar, concedido tal benefício.

Ao largo desse assunto, apresentamos um documento de dezembro de 1802, cujo tema principal versa sobre a instrução no “jogo de sabre”, essencial para a formação militar-naval de oficiais e soldados, com ligações com o parágrafo anterior, sendo este objeto mais um elemento na formação do jovem nobre. Nele, diz o Inspetor-Geral da Brigada Real da Marinha ao Visconde de Anadia, que já está disponível o serviço do mestre de armas da Brigada, cujo serviço foi contratado por um ano, ficando disponível para ensinar a “qualquer um, durante todos os dias de serviço, de manhã e de tarde”.¹⁶ Cada aluno interessado receberá, além do soldo, a quantia de quatrocentos e oitenta réis por mês. Já ao mestre de armas, foi dada a praça de sargento, o vencimento de nove mil e seiscentos réis por mês, o aluguel de uma casa e uma sala com os respectivos equipamentos para de-

sempenhar bem o trabalho.

Esse documento tem por objetivo, sobretudo, comunicar para a autoridade superior de Marinha sobre a nova contratação e autorizar as novas respectivas despesas à Junta de Fazenda da Marinha. Em primeira análise, este documento nos parece uma interessante fonte sobre o processo de busca pela capacitação e aperfeiçoamento desses soldados.

Também observamos que nos primeiros anos sobre o difícil recrutamento de novas praças para a Brigada Real da Marinha outros fatores se tornaram condicionantes, como a geografia, o trabalho agrário e a temperatura. Sobre esses aspectos, outros chefes militares da época analisaram e discutiram propostas para remediar tais desafios. As figuras de Gomes Freire de Andrade e D. Rodrigo Sousa Coutinho são destacados debatedores deste tema.

Por exemplo, para a Brigada Real da Marinha, nos aparece um documento de fins de maio de 1799, assinado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, direcionado à Sua Majestade, cuja afirmativa sobre a resposta de alistamento e recrutamento para a Brigada se faz “impraticável na presente estação, em que os trabalhos na lavoura de milho e ceifas de pão exigem um maior número de braços que certamente faltarão nas respectivas freguesias”¹⁷. E, em seguida, explica que uma alternativa apresentada ao Intendente-Geral de Polícia passava por “prender nesta cidade alguns vadios” para compor as respectivas 200 vagas de alistamento e recrutamento em aberto na Divisão de Artilharia.

Já Gomes Freire de Andrade escreve uma obra célebre, *Ensaio sobre o método de organizar em Portugal o Exército*, publicado em 1806, em que a preocupação principal era a relação entre o Exército e

a sociedade, e os efeitos negativos dessa relação sobre a população e a agricultura.

Gomes Freire de Andrade finaliza essa obra propondo um método que ocupasse os soldados somente durante uma parte do ano, sendo assim, para uma solução conhecida usualmente como “semestres”. Em suma, Gomes Freire de Andrade apresentava que uma das causas para a “decadência da população e Agricultura na organização das milícias” era que, em tempos de paz, todos os indivíduos de um Corpo não passavam um determinado tempo com a sua família, no interior, e que deveriam apenas ficar uma porção de indivíduos para sossego e a segurança Pública, nos seus respectivos Regimento, nas cidades (ANDRADE, 1806).

Ensaiaava, também, uma opção mais detalhada da população e a separava por classes, em vista uma possível convocação e prontidão em tempos de crise. Apresentou uma tabela e contabilizou os possíveis soldados desde o Clero, passando pelos empregados públicos e particulares, agricultores, artistas, comerciantes e, também, no seu estudo, há espaço para as estatísticas de Marinha, apresentando números entre integrantes da Marinha Mercantil, militar e trabalhadores na navegação nos rios e pescarias.

Prevvia que todos os indivíduos entre 18 e 30 anos de idade pudessem estar disponíveis para o Exército e a Marinha Real, dividindo-os em duas classes de soldados, sendo a primeira a “Classe das Recrutadas dos Corpos em serviço efetivo” e a segunda a “Classe das Recrutadas dos Corpos prontos a marchar”.

A primeira tinha o objetivo de angariar homens solteiros e a segunda, homens casados. Com serviço militar estipulado em torno de dez anos, a cada 5 anos o soldado serviria em cada classe. Entre uma

das muitas propostas punitivas apresentadas, por exemplo, diz que todo indivíduo que se casasse antes dos 20 anos de idade para se livrar de ser sorteado no número de recrutas para a primeira classe, seria obrigado a servir 20 anos nos corpos da segunda classe. E quanto às dispensas do serviço, as medidas passavam desde o fato de os filhos únicos ficarem isentos do serviço militar até os lavradores com mais de 70 anos e não tivesse mais de dois filhos, conservaria em casa os dois.

Assim, sobre o tema da dispensa do serviço na Brigada Real da Marinha, entramos no último assunto deste tópico. Encontramos documentos com leque de assuntos diversos: desde a reforma por tempo de serviço, a demissão do Real Serviço por incompetência, a questão do filho único e o trabalho na lavoura, dispensa por motivo de doença, privilégios educacionais, etc. A fuga aos recrutadores era apenas uma forma de tentar escapar do serviço e, explica Fernando Dores Costa, esse recurso se aplicava principalmente aos indivíduos que não conseguiam obter uma fuga através do privilégio (COSTA, 1995).

Destacamos um documento do ano de 1805, que evidencia esta situação: um requerimento de uma mãe, chamada Ângela de Jesus, ao Quartel da Inspeção-Geral da Brigada Real da Marinha, solicitando a demissão do seu filho único, António Francisco, soldado da Divisão de Infantaria, com a prerrogativa que de, além da sua “débil constituição física”, diz estar a sua casa e lavoura sem cuidados e abandonada. Explica Ribeiro Coutinho que esta prática, a da dispensa do filho único, era utilizada antes ainda da aclamação de 1640. E continua afirmando que, no fim, muitas solicitações eram aceitas, porque se sabia que “sem agricultura não haveria tributos e sem tributos não haveria exércitos, com isso, sem

a riqueza criada pelos lavradores não haveria patrimônios nobres sustentados” (COUTINHO, 1751).

OS OFICIAIS E SARGENTOS “EXPERIMENTADOS EM CAMPANHA” E A OPORTUNIDADE DE ASCENSÃO A PARTIR DO “SABER PRÁTICO”

A Brigada Real da Marinha reuniu desde a sua fundação até a transferência da Corte portuguesa para o Brasil uma interessante mistura em suas fileiras de oficiais e sargentos fidalgos e “soldados da fortuna”, como assim assinalou Gastão de Melo Matos (MATOS, 1939). Em nossa breve investigação e preocupação em organizar as fontes sobre assuntos de interesse, tendo em vista futuras pesquisas, contabilizamos, entre os anos de 1798 até 1805, alguns documentos que tratam de proposta de nomeações para comandantes das companhias, relação com confirmação de patentes de oficiais e sargentos, promoções de sargentos a oficiais por merecimento, etc.

A começar a analisar a documentação a partir de janeiro de 1798, nos aparece uma extensa lista de nomes de oficiais e sargentos vindos, principalmente, dos Regimentos da Armada, que foram propostos ao primeiro Inspetor-Geral da Brigada Real da Marinha, Marquês de Nisa. Escreve, por exemplo, que como faltam muitas informações sobre a vida militar que comprovem a qualidade e valor dos ditos nomes para servir nesse novo Corpo, foi o próprio Inspetor fazer “averiguação” aos seus respectivos comandantes. Em suas conclusões, apresenta uma impressão positiva desses oficiais selecionados, compatíveis com a proposta dessa nova instituição, e que se surpreendeu especialmente com o nome de um sargento quartel-mestre, vindo do Exército, bem

recomendado e dito por alguns como o melhor na sua função em todo o Exército.

Completa, que o mesmo Sargento, agora elevado ao nível de oficial, quando recomendado, ainda no Exército, para assumir uma Companhia, recusou, justificando se achar mais digno e servir melhor à Coroa no serviço ao qual tem mais experiência e segurança do que numa nova posição.¹⁸ Informa o Inspetor-Geral, ao final de sua carta, que se encontra satisfeito com o trabalho de coleta de informações e que julga que todos os ali escolhidos são aptos para tal serviço e que se sente seguro de que nenhum desses nomes foram propostos por empenho particular.

Há, igualmente no ano de 1798, mais dois documentos similares, o primeiro, propondo nomes para ocupar as vagas disponíveis na Divisão de Fuzileiros. O segundo mostra o contínuo interesse do Marquês de Nisa em fazer da Brigada Real da Marinha um Corpo com comandantes experimentados em combate, com grandes características de uma tropa de elite.

Esse segundo documento, com data de 11 de maio de 1798, nos traz preciosos detalhes sobre suas carreiras e, de muitos, sobre as suas participações em combate, dos novos nomes propostos para a Divisão de Artilharia. Como, por exemplo, os detalhes sobre o Capitão-Tenente Pedro Mascarenhas, ter como distinção “ser de grande atividade” e de ter participado da campanha do Mediterrâneo. Em seguida, nos é apresentado o Primeiro-Tenente Constantino de Azevedo Pereira, que sentou praça de soldado no Regimento de Artilharia e chegou ao atual posto no ano anterior. Também é distinguido com a boa participação nas campanhas do Rosilhão e do Mediterrâneo.

E sucessivamente, é apresentada uma lista de possíveis comandantes de companhias e seus respectivos ajudantes, mui-

tos deles que adquiriram através da experiência de combate, e avançando, muitas vezes, desde soldado recruta até oficial, o “saber prático”, ou seja, o aprender a liderar e a chegar ao comando das Companhias pelos caminhos menos usuais que os oficiais “de berço”.

A seguir, é apresentada uma proposta de oficiais das companhias e oficiais de Estado-Maior para a Brigada Real da Marinha, de fins de 1803, também ao mesmo seguimento do anterior, muito provável que de alguma influência em meio ao conjunto de reorganização em que a Brigada passava em 1804.

Essa relação, como um documento próprio de “apresentação”, tinha como finalidade ser levado às autoridades militares para que seus nomes fossem aprovados ou não para o serviço na Brigada, descortina muitas informações pessoais de oficiais da Brigada Real da Marinha, classificando-o como um documento de grande interesse para o estudo do componente humano dos Corpos de Artilharia e Infantaria de Marinha em Portugal, no século XIX.

Encontramos, por exemplo, uma pequena biografia do Inspetor-Geral, Rodrigo Pinto Guedes. Consta a sua idade, anos de serviço e data da promoção ao último posto, de Chefe de Divisão, em 1º de agosto de 1797. Logo em seguida, nos é apresentado a biografia do Ajudante de Ordens do Inspetor-Geral, António Genelle, Primeiro-Tenente: em destaque em suas anotações, é dito que “é de boa confiança e de igual préstimo para o serviço do Batalhão e da Companhia”.¹⁹

Assim, segue-se uma relação de notas biográficas de oficiais do Estado-Maior e das restantes companhias das duas principais divisões da Brigada Real da Marinha. Como interessante observação, há constantes destaques às menções dos oficiais

que chegaram aos pontos de comandantes de Companhia a partir de “todo seu conhecimento prático”, obtido em combate e, muitas vezes, complementado com um posterior estudo acadêmico ou com “noções do curso de Matemática”.²⁰

É o caso do Capitão-Tenente Alexandre Moreira, comandante de Companhia na Divisão de Fuzileiros. Com 31 anos de idade e 24 anos de serviço, em destaque nas suas informações consta a participação na difícil “Campanha do Mediterrâneo”, especificamente na Expedição a Livorno, sob o comando de Lorde Nelson e do Marquês de Nisa (à época já Inspetor-Geral da Brigada Real da Marinha), entre setembro e outubro de 1798. O Capitão-Tenente Alexandre perde um dos braços durante o assalto ao castelo de S. Telmo e, anos depois, ainda continua ativo ao serviço na Brigada Real da Marinha, sendo reconhecido como “oficial de merecimento” e de boa reputação.²¹

Preza a Brigada Real da Marinha, através da figura do Inspetor-Geral, por ter em suas fileiras oficiais experientes para a iniciação e acompanhamento da vida militar dos seus recrutas. Nas anotações do Capitão-Tenente Pedro Mascarenhas, há exatamente essa preocupação. Assinala em sua caderneta que consta com 19 anos de serviço à Armada Real e que é “ativo e inteligente” e “conhece muito bem o serviço do Batalhão e da Companhia”; naquele momento, era o “encarregado do ensino dos recrutas”²²

Em muitos destes oficiais que contam com o “saber prático” se destaca a avançada idade e a conseqüente experiência de vivência militar, com a maioria em torno dos 40 e 50 anos de idade e muitas vezes com mais de 35 anos de serviço, onde compreendemos que muitos desses homens ingressaram aos 6 ou 7 anos de idade no serviço militar, tanto na Armada

quanto no Exército e principalmente na arma de Artilharia, possivelmente como pajens ou serventes.

Aponta, nesse documento também o reflexo da avançada idade de alguns oficiais e o seu já pouco zelo pelo serviço, como o caso do Capitão de Fragata Gonçalo Fonseca e Sá, de 55 anos de idade e 45 de serviço, que como observação positiva dos seus superiores consta o “algum conhecimento de estudo da Matemática”, mas em contrapartida, negativamente, é justificada por conta da sua idade avançada uma grande preguiça, desinteresse pelo serviço com as novas praças e a recomendação para uma reforma e saída do serviço ativo.²³

Ao contrário dessa situação de pouco zelo pelo serviço, esse documento também nos informa sobre o Capitão-Tenente Francisco Vaz da Guerra, contando com 56 anos de idade e 42 anos de serviço, cujo destaque de “algum conhecimento matemático” fica em segundo plano, pois seu grande destaque consta em ser o “melhor quartel-mestre da Brigada Real da Marinha” e “bom exemplo nos assuntos de poupar a Real Fazenda da Marinha”, supnhamos nos assuntos logísticos, no bom controle da gestão de mantimentos, fardamentos e armamentos desse Corpo.²⁴

Esses oficiais comprovadamente agregavam à Brigada Real da Marinha uma considerável experiência de combate. Nesse documento que consta com quase vinte páginas presenciamos anotações de oficiais de Artilharia e Infantaria em ações na costa do Brasil, no Mediterrâneo e na Campanha do Rosilhão, sendo muitas vezes também complementado o saber prático, a atuação em combate, com o estudo acadêmico através do “conhecimento da Matemática”. Assim, reafirmamos o conceito da criação e atuação da Brigada Real da Marinha como uma tropa de servi-

ço especial, cuja experiência de combate está presente em todos os seus setores, tendo como objetivo, a constante formação dos seus soldados recrutas.

CONCLUSÃO

A nosso ver, a experiência prévia dos oficiais e sargentos dos antigos Regimentos da Armada combinada às ações de combate destes e de novos oficiais e sargentos pertencentes à Brigada Real da Marinha nas campanhas contra a França Revolucionária na Europa e no Atlântico Sul – destacando a participação ativa da Brigada Real da Marinha no desembarque e tomada de Caiena, em 1809 – contribuiu significativamente para a orientação e escola dos seus futuros integrantes e, principalmente, de valor considerável à Marinha Imperial brasileira, que incorporou à sua organização um grupo (dos que permaneceram) doutrinado, experimentado e, renomeado para Batalhão de Artilharia de Marinha do Rio de Janeiro, que contribuiu para ações que resultaram na conquista e consolidação da soberania do Império do Brasil nos seus primeiros anos.

Com o decreto de 27 de outubro, regulava-se para a Marinha Imperial brasileira os uniformes para o Corpo da Armada, continuando o Batalhão de Artilharia de Marinha do Rio de Janeiro com os uniformes da antiga Brigada Real da Marinha até o ano de 1826. Para a Marinha que nascia estava reservado momentos difíceis do combate. O mais importante foco da reação contra o Imperador do Brasil encontrava-se na Bahia, seguindo-se do Maranhão e Piauí, o Pará e a Cisplatina.

O bloqueio do porto de Montevidéu, por exemplo, um dos últimos embates

entre patriotas brasileiros e portugueses, consistiu em uma grande ação entre as duas forças antagônicas.

Neste cenário, reforçado o Poder Naval do Império do Brasil pela Corveta *Liberal*, os Brígues *Cacique* e *Guarani* e as Escunas *Leopoldina* e *Seis de Fevereiro*, chegaram a tempo para uma decisão de um encontro no mar, com o objetivo de fazer uma demonstração de força. O combate naval de Montevidéu começou ao início do dia 21 de outubro de 1823, procurando as forças brasileiras se distanciarem das baterias portuguesas em terra.

O confronto durou até o final da tarde, resultando na vitória das forças brasileiras. A força portuguesa capitulou três dias depois, retirando-se em março de 1824 com seus homens em navios mercantes escoltados pelos navios brasileiros *Cacique*, *Guarani*, *Leopoldina* e *Rio da Prata*.

Nessa e em todas as outras ações navais anteriores, o Batalhão de Artilharia de Marinha do Rio de Janeiro se fez presente, e de maneira ativa. A rápida e eficiente atuação da Força Naval brasileira é que torna possível, de fato, a separação do Brasil de Portugal. Esses confrontos constituem na verdadeira certidão de nascimento da Marinha Imperial e as ações de seus artilheiros e infantess contribuem significativamente nesse processo.

Por fim, para descortinarmos um pouco mais deste capítulo, aguardamos uma oportunidade para olhar para os arquivos e documentos navais brasileiros, documentos que possam resgatar usos e costumes dos soldados de Artilharia e Infantaria de Marinha do Império do Brasil e a percepção de continuidade (ou não) da doutrina e da herança portuguesa durante a primeira metade do século XIX.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Gomes Freire de. *Ensaio sobre o método de organizar em Portugal o Exército*. Lisboa: Nova Oficina de João Rodrigues Neves, 1806.

CARDOSO, João Freire. CANECO, M. Leal. Escola de Artilharia Naval no seu bicentenário. In: *VIII Colóquio da Comissão Portuguesa de História Militar - Preparação e Formação militar em Portugal*. Lisboa: 1997.

CERRO, Pablo Ortega del. Theory and praxis of the professionalization of the Portuguese Navy: the navy officer corps, 1750-1807. In: *The International Journal of Maritime History*. Vol. 32 (3). 2020.

COSTA, Fernando Dores. *Insubmissão: aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2010.

_____. *Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação*. *Análise Social*, XXX, número 130, 1995.

COUTINHO, Ribeiro. *O capitão de Infantaria português...* Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, vol. 2, 1751.

DEPEYRE, Michel. *Entre vent et eau: un siècle d'hésitations stratégiques et tactiques*. Paris: CFHM-ISC Economica, Bibliotheque Stratégique, 2003.

EXÉRCITO PORTUGUÊS. *Os generais do Exército português*. Lisboa: Biblioteca do Exército, IV Volumes, I Tomo, 2016.

FILHO, Sergio Willian de Castro Oliveira. Do grito do Ipiranga à retirada dos portugueses (1822-1823). In: PEREIRA, Rodrigues. CASTRO, Paulo. *Da Armada Real para a Marinha Imperial: as unidades e organismos que ficaram no Brasil e as que ficaram em Portugal*. Lisboa: Comissão Cultural de Marinha e Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2018.

FROTA, Guilherme de Andrea. *A Marinha do Brasil nas lutas da Independência*. São Paulo: Sociedade Amigos da Marinha de São Paulo, 1986.

_____, e LAURENTINO, Fábio Neves Luiz. *Dicionário da Independência do Brasil*. Lisboa: Edições Vieira da Silva, 2024.

MATOS, Gastão de Melo. *Um soldado de fortuna do século XVII*. Lisboa: s. ed. 1939.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

_____. Independência. In: *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Coordenação de Maria Beatriz Nizza da Silva. Lisboa: Verbo, 1994.

LAURENTINO, Fábio Neves Luiz. *Fuzileiro marinho e artilheiro marítimo: instrução ao soldado da Brigada Real da Marinha em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Dissertação de mestrado em História Militar apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: 2021.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. *A Independência do Brasil, entre a unidade e desagregação: guerra naval, incorporação de territórios e império*. Revista do Clube Militar Naval. Lisboa: Vol. CLII, julho-dezembro de 2022.

PEREIRA, Rodrigues. CASTRO, Paulo. *Da Armada Real para a Marinha Imperial: as unidades e organismos que ficaram no Brasil e as que voltaram para Portugal*. Lisboa: Comissão Cultural de Marinha e Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação de Marinha, 2018.

RAMOS, Maurício Filipe Afonso. *A Brigada Real da Marinha*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares Navais, especialidade de Marinha, para a Escola Naval. Alfeite: 2020.

REIS, Luís. O Arquivo e a arquivística: evolução histórica. Biblos: *Revista eletrónica de bibliotecología, archivología y museología*. Lima, ano 7, n. 24, abril-junho de 2006.

RODRIGUES, José Damião. Continuidades e projetos reformistas (1777-1807). In: OLIVEIRA E COSTA, João Paulo. RODRIGUES, José Damião. OLIVEIRA, Pedro Aires. *História da expansão e do Império português*. Lisboa: A esfera dos livros, 2014.

NOTAS

¹ E-mail: fabio891@gmail.com

² Alvará com força de lei, pelo qual a rainha criou uma Brigada Real da Marinha para a guarnição das naus e das embarcações de guerra. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, código de referência: PT-TT-LO-003-8-94.

³ RAMOS, Maurício Filipe Afonso. *A Brigada Real da Marinha*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares Navais, especialidade de Marinha, para a Escola Naval. Alfeite: 2020.

⁴ BCM – Arquivo Histórico, Cx. 75, 27-01-1798.

⁵ BCM – Arquivo Histórico, Cx. 75, 20-08-1803.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

⁸ BCM – Arquivo Histórico, Cx. 75, 13-09-1803.

⁹ BCM – Arquivo Histórico, Cx. 76, 26-01-1805.

¹⁰ BCM – Arquivo Histórico, Cx. 76, 01-10-1803.

¹¹ Ibidem.

¹² BCM – Arquivo Histórico, Cx. 76, 09-07-1806.

¹³ Em nossas investigações concluiu-se que a Aula de Matemática da Brigada Real da Marinha se instalou no Forte de Xabregas, também local do quartel da Inspeção-Geral, da 1ª Divisão (artilheiros marinheiros) e da Bateria de Ensino. O primeiro lente de Matemática na Brigada Real da Marinha foi o Capitão de Fragata Manuel António Falcão.

¹⁴ BCM – Arquivo Histórico, Cx. 75, 07-01-1802.

¹⁵ BCM – Arquivo Histórico, Cx. 75, 27-05-1799.

¹⁶ BCM – Arquivo Histórico, Cx. 75, 28-12-1802.

¹⁷ BCM – Arquivo Histórico, Cx. 75, 30-05-1799.

¹⁸ BCM – Arquivo Histórico, Cx. 75, 23-01-1798.

¹⁹ BCM – Arquivo Histórico, Cx. 75, 11-11-1803.

²⁰ Ibidem.

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

²³ Ibidem.

²⁴ Ibidem.